

Projeto de Lei nº 5496, de 2020

Iniciativa: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Ementa:

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira, para autorizar a ratificação de registros imobiliários referentes a imóveis rurais cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera administrativa ou judicial por órgão ou entidade da administração federal direta ou indireta; e para estender os prazos para requerer a certificação do georreferenciamento do imóvel e a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural para fins de ratificação dos registros.

Assunto: Jurídico - Direito Notarial e Registral

Data de Leitura: 14/12/2020

Tramitação encerrada

Decisão: Retirada pelo autor

Último local: 29/04/2021 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 04/02/2021 - RETIRADA PELO AUTOR

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 30 de 2021

TRAMITAÇÃO

04/02/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: RETIRADA PELO AUTOR

Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 30/2021, do Senador Jorginho Mello, solicitando a retirada de tramitação da matéria.

Publicado no DSF Páginas 575-577 - DSF nº 4

28/01/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Requerimento nº 30, de 2021, do Senador Jorginho Mello, solicitando a retirada de tramitação do PL 5496/2020.

14/12/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 14/12/2020.

Publicado no DSF Páginas 1356-1359 - DSF nº 184

DOCUMENTOS

PL 5496/2020

Data: 14/12/2020**Autor:** Senador Jorginho Mello (PL/SC)**Local:** Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira, para autorizar a ratificação de registros imobiliários referentes a imóveis rurais cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera administrativa ou judicial por órgão ou entidade da administração federal direta ou indireta; e para estender os prazos para requerer a certificação do georreferenciamento do imóvel e a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural para fins de ratificação dos registros.

Avulso inicial da matéria

Data: 14/12/2020**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação, em 14/12/2020.**Descrição/Ementa:** -

RQS 30/2021

Data: 28/01/2021**Autor:** Senador Jorginho Mello (PL/SC)**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Recebido o Requerimento nº 30, de 2021, do Senador Jorginho Mello, solicitando a retirada de tramitação do PL 5496/2020.**Descrição/Ementa:** Retirada do PL nº 5496/2020.